

Os prazos são fatais

Ninguém tem a menor ilusão quanto à gravidade da crise em que mergulhou o País nos dias atuais. Desde o momento em que o presidente Ernesto Geisel decidiu ab-rogar o Ato Institucional nº 5 e o presidente João Baptista Figueiredo resolveu fazer valer sua idéia para pôr em prática a anistia, não se tem notícia de crise tão séria como a que o País está vivendo. Pode-se avaliar a profundidade e a extensão dessa crise pela irritação que demonstra o presidente da República, em suas aparições na televisão, quando se refere ao FMI, pela demora do governo em aplicar as providências que darão coerência às medidas econômicas adotadas com tardança, pela manifesta hostilidade dos funcionários do Banco do Brasil (e de outras estatais, com certeza) à possibilidade de perder privilégios, pela análise fria, racional (e por isso pouco otimista) feita pelo sr. Olavo Setúbal, que tenta mostrar à sociedade que o liberalismo ainda é a solução para seus problemas.

Não é uma crise estritamente econômica — afinal, apesar de tudo, o País ainda produz e as riquezas circulam. Muito menos política, uma vez que, malgrado a fraqueza orgânica da sociedade, ainda há vozes que apontam o caminho correto para a vida institucional do País. A crise é grave porque concorrem para agravá-la numerosos fatores: a questão do balanço de pagamentos, a renitência do nacionalismo xenófobo que busca ressurgir pelas vozes das oposições, que fazem “vigília cívica” no Congresso enquanto a missão do FMI averigua se de fato o governo poderá honrar seus compromissos; o depauperamento do sistema político, expresso na circunstância de o Congresso já não ser mais a arena dos grandes debates que levavam à solução dos problemas nacionais. Hoje, a arena é a praça pública, onde o funcionalismo público exhibe sua greve, ou os hospitais, deixados quase vazios porque os médicos, também funcionários, se consideram injustiçados pelo governo. A tudo isso se junta a ação não menos danosa da *nomenklatura*, que, usando os funcionários do Banco do Brasil (quem sabe se apoiada nos militares da reserva que estão nas estatais)

como ponta-de-lança, desafia abertamente o poder do Estado.

Há muito tempo que vínhamos alertando a opinião pública e chamando a atenção do presidente da República para o confronto que se avizinhava: o embate entre o Estado e a *nomenklatura*. Hoje ele é evidente. Daí se compreende a significação que terão, para a vida do País, as medidas governamentais que estão por vir, bem como a importância do debate em torno do último “pacote” econômico e do próximo que deverá cortar fundo os privilégios da burocracia das estatais, as ineficientes e as eficientes, indistintamente. Para falar mais claramente: chegamos ao ponto em que ou se executam as medidas enunciadas com critério e coragem, ou não haverá mais condições de deter a marcha da crise, que vai ganhando velocidade, ameaçando levar o País a uma situação de total desespero.

Ante tal circunstância, o “pacote” destinado a complementar o já conhecido não pode mais ser um repositório de medidas paliativas. Nem os ministros da área econômica nem o presidente da República têm o direito de decisões de caráter meramente retórico. Já não é mais possível contemporizar: se desta vez as providências econômico-financeiras não conduzirem a coisa alguma, como tem acontecido seguidamente, não se poderá esperar por outro “pacote” econômico. Para usar uma linguagem mais popular: se o governo persistir em hesitações e meias-medidas, é o País que desta vez será devidamente *empacotado* e possivelmente o arbítrio retorne vencedor...

A seriedade da crise obriga-nos a graves decisões que não podem ser proteladas por mais tempo. Nada é tão vital para o País. Por isso não há como admitir-se esse verdadeiro espetáculo de *nonsense* em que se transformou o debate sobre a sucessão presidencial, uma pachoucada a acobertar o desejo dos governantes que pretendem impedir que a Nação tome consciência da gravidade da crise econômica, da delicadeza da relação de forças entre o Estado e a *nomenklatura*, de certa ineficiência em muitas áreas do gover-

no. Discute-se a sucessão presidencial — mas não se marcam eleições gerais para a Presidência. Ora, ninguém pode encarar com um mínimo de seriedade esse debate estéril entre os leais defensores da vontade presidencial e os outros, reputados indignos de receber a unção. Quantas vezes não dissemos que, se o presidente Figueiredo e o PDS quisessem, o assunto estaria resolvido? E mais rapidamente se resolveria se o chefe de governo impusesse sua vontade do que se o partido do governo exercesse suas prerrogativas. Ninguém toma a sério a sucessão, nem mesmo os que nela se envolvem — não tomam a sério porque não desejam adotar as providências necessárias para livrar o País do dano de ser governado por quem de si já deu mostras bastantes em São Paulo.

O círculo da crise, no entanto, fecha-se nesse ponto: como a eficácia dos “pacotes” depende de uma autoridade presidencial incontestada; como ela está sendo discutida em todos os escalões das estatais, e como no PDS há um cavaleiro de triste figura que resolveu dizer que tem força, conduziu-se o País ao que se poderia chamar de *impasse presidencial*. O nó foi dado de tal maneira que ninguém sabe como desatá-lo — tudo porque os prazos de vencimento dos débitos no Exterior têm data marcada, o abandono do poder pelo presidente também, e a desconfiança em torno da seriedade com que se vai aplicar o “pacote” começa a ganhar corpo.

Vive-se, assim, num clima surrealista: o presidente da República volta-se inteiramente para a questão sucessória, como se fosse a mais séria e importante; os ministros da área econômica enfrentam o desafio da *nomenklatura*. Qual das crises é a principal? Ora, não há quem não saiba a resposta: é evidente que é a econômico-social, a despontar no horizonte, a qual, como os títulos que estão vencendo no Exterior, tem prazo certo e fatal para ser resolvida ou transformada no pretexto que vai levar o País a um retrocesso incalculável. A outra, a da disputa sucessória, não passa de cortina de fumaça para iludir os incautos.